

UM OLHAR FREIRIANO PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA

A FREIRIAN VIEW TO CHILDHOOD EDUCATION

UNA MIRADA FREIRIANA A LA EDUCACIÓN INFANTIL

Cláudia Celeste Lima Costa Menezes¹ <https://orcid.org/0000-0002-9562-8663>
Gilvânia da Conceição Nascimento² <https://orcid.org/0009-0002-0001-2055>

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus, Bahia, Brasil; cclcmenezes@uesc.br

² Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus, Bahia, Brasil; gcnascimento@uesc.br

RESUMO: Este artigo surge a partir das discussões e debates realizados durante o II Seminário "Paulo Freire, vida e obra em movimento: diálogos que permanecem," realizado entre Sergipe e Bahia em 2021. Com o propósito de refletir sobre a Educação Infantil à luz das ideias de Paulo Freire, o evento trouxe à tona questionamentos que incentivaram amplas reflexões: Quais são as concepções de Paulo Freire sobre a infância? Como ele enxerga a criança? Quais contribuições o pensamento freiriano oferece para a Educação Infantil? Para responder a essas questões, adotamos uma abordagem qualitativa. O resultado desse estudo aponta para a necessidade de assegurar uma Educação Infantil emancipadora inspirada nas concepções freireanas, visando uma educação para a justiça social, para uma infância visível, digna e prazerosa, capaz de desenvolver as capacidades sonhadora, criadora e ousada de, através da educação das crianças, assim diminuir a desigualdade social. Os pequenos cidadãos precisam de uma educação de qualidade que atenda as peculiaridades da infância. Nesse viés, se faz necessário uma prática pedagógica que valorize o respeito à criança como sujeito ativo em seu processo de aprendizagem, reconhecendo suas singularidades e potencialidades. Além disso, é fundamental que o processo educativo seja baseado no diálogo e cooperação, em que as crianças possam expressar-se livremente e desenvolver uma consciência crítica desde a infância. Inspirados nas ideias de Paulo Freire, propomos uma Educação Infantil comprometida com a formação de cidadãos conscientes, capazes de questionar a realidade e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Infância; Direito; Paulo Freire.

ABSTRACT: This article arises from discussions and debates held during the II Seminar "Paulo Freire, life and work in movement: dialogues that endure," held between Sergipe and Bahia in 2021. With the purpose of reflecting on Early Childhood Education in light of Paulo Freire's ideas, the event brought to light questions that encouraged broad reflections: What are Paulo Freire's conceptions of childhood? How does he see children? What contributions does Freire's thought offer to Early Childhood Education? To answer these questions, we adopted a qualitative approach. The result of this study points to the need to ensure an emancipatory Early Childhood Education inspired by Freire's concepts, aiming at an education for social justice, for a visible, dignified and pleasurable childhood, capable of developing the dreaming, creative and bold capacities to, through the education of children, reduce social inequality. Young citizens need a quality education that meets the peculiarities of childhood. In this context, a pedagogical practice is needed that values respect for children as active subjects in their learning process, recognizing their uniqueness and potential. Furthermore, it is essential that the

educational process be based on dialogue and cooperation, in which children can express themselves freely and develop a critical conscience from an early age. Inspired by the ideas of Paulo Freire, we propose an Early Childhood Education committed to the formation of conscious citizens, capable of questioning reality and actively participating in the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: Childhood; Law; Paulo Freire.

RESUMEN: Este artículo surge de las discusiones y debates sostenidos durante el II Seminario "Paulo Freire, vida y obra en movimiento: diálogos que quedan", realizado entre Sergipe y Bahía en 2021. Con el propósito de reflexionar sobre la Educación Infantil a la luz de las ideas. Por Paulo Freire, el evento sacó a la luz preguntas que alentaron amplias reflexiones: ¿Cuáles son las concepciones de infancia de Paulo Freire? ¿Cómo ve al niño? ¿Qué aportes ofrece el pensamiento freiriano a la Educación Infantil? Para responder a estas preguntas, adoptamos un enfoque cualitativo. El resultado de este estudio señala que buscamos asegurar una Educación Infantil emancipadora inspirada en conceptos freireanos, apuntando una educación para la justicia social, para una infancia visible, digna y placentera, capaz de desarrollar las capacidades soñadoras, creativas y atrevidas de los niños, a través de la educación de los niños, reducir la desigualdad social. Las pequeñas ciudades necesitan de una educación de calidad que atienda las peculiaridades de la infancia. Nesse viés, si es necesario una práctica pedagógica que valora el respeto al niños como sujeito activo en su proceso de aprendizaje, reconociendo sus singularidades y potencialidades. Además, es fundamental que el proceso educativo sea basado en el diálogo y la cooperación, en que los niños pueden expresarse libremente y desarrollar una conciencia crítica desde la infancia. Inspirados en las ideias de Paulo Freire, proponer una educación infantil comprometida con la formación de ciudades conscientes, capaces de cuestionar la realidad y participar activamente en la construcción de una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Infancia; Directo; Paulo Freire.

Introdução

A infância e seu processo educativo, ao longo da história brasileira, foram frequentemente negligenciados e subvalorizados. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou a cidadania à criança, começaram a surgir debates mais consistentes sobre os direitos da infância, o que impulsionou a criação de leis e políticas públicas focadas na promoção de uma Educação Infantil que respeitasse e valorizasse esse período crucial da vida. Essa mudança trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento integral da criança, considerando-a como um sujeito de direitos e digna de um ambiente educacional que valorize sua condição de cidadão em formação.

No contexto atual, em que ainda enfrentamos as consequências da pandemia de Covid-19, a necessidade de repensar o papel da infância e de seu desenvolvimento educacional torna-se ainda mais urgente. A pandemia expôs e intensificou desigualdades, gerando um retrocesso nos avanços já conquistados e evidenciando a vulnerabilidade de muitas crianças em sua educação e socialização. Diante desse cenário, surge a importância de olharmos para o "ser

criança" com mais profundidade e sensibilidade, compreendendo-o como um indivíduo que está em contínuo processo de construção de identidade e pertencimento no mundo.

Essas reflexões são frutos das discussões realizadas durante o II Seminário "Paulo Freire, Vida e Obra em Movimento: Diálogos que Permanecem," realizado entre Sergipe e Bahia em 2021. O evento teve como objetivo examinar, à luz do pensamento de Paulo Freire, os desafios e possibilidades da educação infantil. Diversas reflexões emergiram, levantando questões fundamentais: Quais são as concepções de Paulo Freire sobre a infância? Como ele enxerga a criança em seu potencial criador e transformador? E quais seriam as contribuições freirianas para uma Educação Infantil comprometida com a emancipação e a justiça social? Para responder a essas perguntas, este artigo adota uma abordagem qualitativa, buscando uma análise contextualizada das ideias de Freire aplicadas ao universo infantil.

A compreensão da infância sob a perspectiva freiriana requer um olhar que a considere uma construção social complexa, que demanda cuidado, afeto e uma abordagem democrática. Esse olhar reconhece a necessidade de um projeto educativo que valorize a infância, protegendo-a e dignificando-a, para que a criança possa se perceber como sujeito de direitos e capaz de exercitar sua cidadania desde cedo. Esse entendimento exige políticas públicas que promovam uma educação crítica e libertadora, onde a criança seja vista como um "pequeno cidadão" com capacidade de intervenção no mundo, apta a questionar, criticar e recriar sua realidade. Como afirmam Laurindo e Sodré (2019, p. 67), "Há que se ressignificar a infância, ou as infâncias, tendo em vista a própria criança em sua inteireza, com todos os seus sonhos, fantasias, curiosidades e inven c es."

Pensar nas contribui es de Paulo Freire para a Educa o Infantil é reconhecer que a educa o  , para ele, um processo de vida, movimento e transforma o.   enxergar a educa o como prática da liberdade, da autonomia, da mudança social. É proporcionar às crianças oportunidades de reflexão, de questionamento, de tomada de decisão e de a o sobre o mundo que as cerca. Uma educa o verdadeiramente libertadora e emancipadora deve, portanto, oferecer desafios e problematiza es que estimulem a criança a desenvolver uma visão crítica da realidade, incentivando-a a se ver como agente de mudança e esperança em seu contexto. É esse olhar freiriano para a infância que almejamos cultivar: uma infância visível, digna, onde a educa o assume um papel essencial na constru o de uma sociedade mais justa e igualitária.

A criança   cidadã de direito e, como tal, requer um olhar humano e politizado para assegurar o seu desenvolvimento pleno, respeitando suas particularidades, promovendo seu bem-estar, e oferecendo condi es para que ela possa expressar sua criatividade, construir sua identidade e exercer sua cidadania desde cedo. É fundamental que ela seja inserida em uma

educação que valorize sua voz, suas experiências e seu potencial transformador, permitindo que participe ativamente de seu processo de aprendizado e contribua para a sociedade de forma crítica e consciente. É com essa percepção da infância que nos debruçamos nas reflexões freirianas nas páginas seguintes.

Discutindo a infância e o ser criança com olhares freirianos

Embora, legalmente, a infância tenha sido reencontrada e a criança seja considerada como um sujeito histórico, cultural e de direitos, sabemos que, de fato, esta não é, ainda, uma realidade social. De modo geral, continuamos romantizando a infância, acreditando no mito da infância feliz, aceitando a criança invisibilizada na sociedade, abandonada pelo poder público. Laurindo e Sodré (2019, p. 68) contribuem com esta discussão complementando:

Revisitando a infância percebe-se: infâncias roubadas, infâncias infelizes, infâncias abandonadas, infâncias mortas, infâncias exploradas. Mas, também infâncias felizes, infâncias bem-cuidadas, infâncias vivas! E tantas outras. No rosto daquelas que são marcadas pelas injustiças sociais, pelas aoes irresponsáveis dos adultos há as incertezas da vida e as marcas da insensibilidade do ser humano.

Precisamos, urgentemente, lançar diferentes olhares para a infância, buscando contribuioes em Paulo Freire, através de sua visão democrática, libertadora e emancipadora da educação; na Sociologia da Infância, para dar a criança o seu verdadeiro protagonismo social; na Antropologia da Criança, para compreensão da cultura da infância; na Pedagogia, para garantirmos o direito de aprendizagem e desenvolvimento saudável da criança; na Filosofia, para pensarmos a criança enquanto criança. Estes são olhares multirreferenciais que possibilitarão a verdadeira inclusão da infância.

Buscamos respaldo legal para discutirmos a concepção de criança articulada com as concepoes de Paulo Freire, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI):

Sujeito histórico e de direitos que, nas interaoes, relaoes e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Discutir a infância fundamentada nas concepoes freirianas   compreendê-la como uma condição de existência humana, uma construção social que precisa ser respeitada, valorizada e

vivida de forma intensa em todos os aspectos. Nesse sentido, se faz necessário algumas reflexões: Estamos escutando as vozes das crianças? Estamos acolhendo-as? Estamos oportunizando-as a viverem, minimamente, a sua infância? Estamos permitindo a criança ver e viver o/no mundo do seu lugar, com os seus sentimentos e sensibilidades? Como estamos apresentando o mundo as crianças?

Fortalecendo estas reflexões Almeida e Martins (2020, p. 103), corroboram à luz de Paulo Freire:

Entretanto, compreende-se que concepções como autoridade, liberdade, responsabilidade e tantas outras que se convencionaram e regem o âmbito e relações educativas, principalmente nos ambientes escolarizados, podem e devem ter outros significados e sentidos, quando pretende-se realizar uma educação voltada para a integralidade humana. Que objective contribuir com o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e personalidades dotadas de capacidades criativas, críticas, autônomas, solidárias, éticas e que vislumbre a construção de outras culturas e relações sociais, de fato, democráticas e justas, nas quais tenha na centralidade e prioridade de tudo que a constitui o reconhecimento do ser humano.

Faria e Finco (2011), trazem para este cenário uma discussão sobre a Sociologia da Infância visando tirar a criança da condição de ator social excluído para protagonista social, de uma infância invisível para a visibilidade da infância, onde sejam consideradas as especificidades, as singularidades, a diversidade das crianças, a cultura infantil. Se aproximando de Paulo Freire, as autoras afirmam: Talvez olhar ao contrário e ver o mundo de ponta-cabeça possa nos aproximar da forma como as crianças se sentem. Talvez seja possível enxergar seu protagonismo, suas ações dentro do processo de uma educação emancipatória (Faria; Finco, 2011, p. 5).

Nessa mesma direção, Corsaro (2011), discute o futuro da infância apontando caminhos possíveis para assegurar a visibilidade da infância e garantir a criança seus direitos sociais, educacionais, políticos, culturais. Para o referido autor os maiores desafios para sustentar a qualidade de vida das crianças e possibilitar uma infância saudável são os econômicos. São necessárias políticas e ações do poder público como combate à pobreza infantil, investimento econômico em famílias e crianças, assistência à família e a Educação Infantil, melhoria das condições de vidas das famílias e das crianças, apoio a famílias e crianças em situação de risco, dentre outras. Pelas concepções e ações de Paulo Freire podemos asseverar que ele trilharia esse mesmo caminho para dar visibilidade a infância e possibilitar a criança viver dignamente na sociedade, como cidadão de direitos.

Corroboram com essas reflexões Laurindo e Sodré (2019, p. 68):

[...] pensar a infância hoje requer, sobretudo, uma consciência de sua complexidade, ambiguidade, incerteza e individualidade que se constitui num tempo e espaços sociais que a singulariza. Consequentemente, torna-se pertinente pensar, não mais a infância, mas as infâncias, não mais a criança, mas as crianças.

Sendo assim, a cultura da qual o ser humano emerge hoje deve ser concebida de forma plural e complexa. Porém, nesta complexidade há que haver uma organicidade.

Portanto, é necessário responsabilizar o Estado para assegurar uma infância digna as crianças, criar/implementar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento infantil saudável, garantir os direitos dos pequenos e o exercício de sua cidadania, respeitando as singularidades, as particularidades e as diversidades da infância.

O olhar de Paulo Freire para a educação na infância com foco na Educação Infantil

Iniciamos essa discussão buscando articular o pensamento de Paulo Freire ao conceito de Educação Infantil preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI):

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

Nas DCNEIs está destacado que “É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção” (BRASIL, 2010, p. 12). É nessa direção que encontramos respaldo em Paulo Freire ao defender o direito da criança à uma educação pública, gratuita, libertadora, emancipadora e de qualidade.

Assumir uma postura freiriana frente ao direito da criança à Educação Infantil requer lançarmos um olhar para quatro aspectos importantes no processo educativo: a infância, numa concepção contemporânea; o papel social da Educação Infantil na formação de pequenos cidadãos; a prática pedagógica reflexiva, baseada no acolhimento, nas interações, no tripé cuidar, educar e brincar; e, no investimento na formação continuada dos profissionais da

educação para a infância. Nessa mesma direção contribuem as autoras Almeida e Martins (2020, p. 105), ressaltando e fortalecendo as ideias e concepções de Paulo Freire:

Para ele, a educação precisa ser conscientizadora, para levar ao autoconhecimento e ao conhecimento de mundo, o que só é possível através de ações e movimentos pautados na liberdade de agir e pensar, o que leva à autonomia, elementos imprescindíveis à efetivação de uma educação emancipatória e humanizadora.

Para tanto, é necessário um currículo de Educação Infantil dinâmico, interativo, colaborativo, libertador, emancipador, que valorize a criança, a infância e a formação do pequeno cidadão. Recorremos as DCNEIs para apresentar uma concepção de currículo que coaduna com o pensamento freiriano:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Para a materialização desse currículo, Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, nos alerta que são necessários alguns saberes à prática educativa. Dentre os vários saberes destacados nesta obra podemos elencar: consciência de que somos seres inconclusos, inacabados; respeito à autonomia da criança; bom senso; alegria; esperança; curiosidade; desejo de mudança; saber escutar; compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade; compromisso; autoridade; diálogo; criticidade (Freire, 1996).

Freire nos convida a transformação de nós mesmos enquanto cidadão autônomo e político com vistas a transformação do outro e da sociedade. Educar, portanto, a criança é um ato de poder e emancipação que só o homem e a mulher são capazes. Assim, destaca Paulo Freire (1996, p. 60):

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo muito mais rico do que repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Nessa direção, Formosinho (2007) coaduna com Freire e alerta que é necessário aos professores de Educação Infantil escutar os educadores dos dois últimos séculos para desenvolver “uma pedagogia transformativa, que credita a criança com direitos, compreende a

sua competência, escuta a sua voz para transformar a ação pedagógica em uma atividade compartilhada” (FORMOSINHO, 2007, p. 14).

Schlemmer e Felipe (2016, p. 41), complementam essas reflexões acrescentando que a educação das crianças e os processos formativos de professores requerem olhares e escutas sensíveis:

Está posto que a educação de qualidade na primeira infância implica espaços vastos em experiências que favoreçam a exploração ativa e compartilhada por crianças e professores que constroem significações nos diálogos, experiencições e interações que são estabelecidos. Isso nada mais é do que garantir à criança, enquanto sujeito histórico e de direitos, as conquistas realizadas ao longo da história. Para que estas proposições se efetivem na prática, deve haver intencionalidade pedagógica, o que, conseqüentemente, nos remete a à qualificação da prática docente junto à criança.

Madalena Freire (1983), filha de Paulo Freire, seguidora dos seus princípios e disseminadora do seu legado, nos alerta que não se pode negar a criança o direito à educação, a conhecer e agir no mundo. Quando se faz esta negação se está contribuindo para a alienação da criança, da sua capacidade de (re)produzir cultura e de desenvolver-se como ser humano reflexivo, crítico e atuante. É preciso reconhecer que a Educação Infantil é vida, é movimento, aqui e agora. Este é o olhar emergencial das intuições de Educação Infantil.

A educação na e para a infância precisa focar no processo de alfabetização e letramento, nas práticas sociais de leitura e escrita das crianças. Freire (1986), em seu livro *A importância do ato de ler* destaca que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Esta concepção se aplica, perfeitamente, ao desenvolvimento das crianças. Consideramos o espaço da Educação Infantil fundamental para que as crianças iniciem sua leitura de mundo, descobrindo-o pouco a pouco, desvendando, desvelando, criando, (re)inventando. Este processo se dá através da música, da arte, da contação de história, do desenho, dos jogos e brincadeiras e de outras estratégias metodológicas que contribuem para o desenvolvimento infantil.

Para Freire (1985), estas são condições essenciais de desenvolvimento, aprendizagem e de crescimento das crianças. Elas precisam arriscar-se, perguntar, investigar. A Educação Infantil é um espaço rico para a problematização do mundo através das interações, do diálogo, da teoria e prática, das trocas de experiências.

O cenário atual da Educação Infantil: possibilidades e perspectivas freirianas



O atual cenário brasileiro, pós pandemia Covid-19 e, ainda, o Covid em ação no mundo, é de crise em todos os aspectos: político, social, educacional, econômico e, em especial, na saúde. Está exigindo, de forma emergencial, ação do poder público, tomadas de decisões, mudanças significativas na Educação Infantil, novas reflexões teórico práticas pautadas nas concepções freirianas, na Sociologia da Infância, nas articulações intersetoriais, na construção e implementação de políticas públicas voltadas para o contexto real e na atuação dos Conselhos Municipais.

Os profissionais da educação, de forma especial, os da Educação Infantil têm enfrentado problemas de diferentes ordens, tanto durante a pandemia como no retorno ao trabalho: o medo, o luto, a dor, o desemprego, a fome, as sequelas do Covid. Tudo isto afeta a saúde física, mental, psicológica, emocional e amplia o quadro da desigualdade social.

Seguindo os caminhos trilhados por Paulo Freire em sua trajetória e em sua literatura, afirmamos com muita segurança: Desistir jamais! Lutar sempre! (Re)existir! Esperançar! Referenciadas pelas concepções freirianas, apontamos algumas ações emergenciais para continuarmos a caminhada na Educação Infantil com qualidade:

- Trabalho colaborativo entre os entes federados: União, Estados e Municípios.
- Criação dos Sistemas Municipais de Ensino.
- Criação e implementação de políticas públicas para a nova realidade da Educação Infantil.
- Promoção do fortalecimento intersetorial e criação de ações imediatas.
- Construção de um plano educacional articulado com os diversos setores da sociedade.
- Criação do Plano Municipal para a Primeira Infância.
- Participação ativa dos Conselhos Municipais na Educação Infantil.
- Fortalecimento da gestão democrática nas instituições de Educação Infantil.
- Revisão das Propostas Curriculares. O cenário atual exige repensar o currículo para a Educação Infantil.
- Investimento na formação continuada dos profissionais da Educação Infantil.
- Condições de trabalho docente.
- Escuta das crianças, das famílias, dos professores e dos gestores.
- Trabalho colaborativo.

- Utilização das tecnologias como ferramentas de ensino, aprendizagem e desenvolvimento das crianças.
- Utilização das práticas sociais de leitura e escrita.
- Garantia dos direitos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.
- Promoção de uma educação interativa, integral e não escolarizante.
- Gestão dos espaços, dos tempos e das relações das instituições infantis.

Para que estas ações sejam materializadas, além do compromisso do poder público com criação e implementação de políticas se faz necessário que os envolvidos na educação para a infância busquem, urgentemente, respaldo na literatura freiriana, pois como afirmam Laurindo e Sodré (2019, p. 70):

A humanidade ainda não resolveu questões entre: solidariedade e identidade, justiça e autonomia, igualdade e diversidade. Estas são as maiores contradições que acabaram por produzir o universo desumano e a cultura de morte que assolam o ser humano e o seu entorno na atualidade.

É possível perspectivar uma Educação Infantil emancipadora que assegure o protagonismo social e a escuta das crianças, que garanta a visibilidade da/s criança/s e da/s infância/s, considerando a história, a cultura e o tempo infantil. Para tanto, é preciso estabelecer nos espaços e tempos educacionais infantis a coletividade, a criticidade, o diálogo, a solidariedade. É necessário lançar voos mais altos que permitam as descobertas, a imaginação, a criatividade, os sonhos.

Considerações Finais

As reflexões promovidas pelo II Seminário "Paulo Freire, vida e obra em movimento: diálogos que permanecem," realizado em Sergipe e Bahia em 2021, reforçam a compreensão de que pensar a educação na infância, especialmente na Educação Infantil sob uma perspectiva freiriana, é entender que a educação é um processo vivo, um constante "esperançar" e uma leitura crítica e amorosa do mundo. Essa abordagem requer práticas pedagógicas que valorizem interações genuínas, brincadeiras, afetividade, curiosidade, diálogo, criticidade, escuta e reflexão, todos princípios profundamente enraizados na obra de Paulo Freire, ou seja, que coloque a criança como protagonista em seu processo de aprendizagem.

Os questionamentos, pontos de partida deste estudo, encontram respostas positivas e instigadoras nos saberes e fazeres freirianos a partir da compreensão e afirmação de que a

infância é uma condição de existência humana e uma construção social que precisa ser visibilizada, reconhecida e valorizada pela sociedade, pela família e pelas instituições educativas. Para que a infância seja vivida de forma digna, prazerosa e saudável é preciso investimento colaborativo dos entes federativos: a União, os Estados e os Municípios; construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos da criança; instituições de Educação Infantil com uma proposta pedagógica inovadora, emancipadora, libertadora e transformadora.

Estas são ações emergenciais e elementares para possibilitar a criança condições de desenvolver o seu potencial criador e transformador. A sociedade, em geral, precisa escutar as vozes das crianças, acolhê-las e oportunizá-las a viverem, minimamente, a sua infância. As crianças precisam viver o/no mundo a partir do seu lugar de pertencimento, de fala e de pequeno cidadão. A Sociologia da Infância e a Antropologia da Infância anunciam e sustentam uma mudança nas concepções de infância e de criança, tomando-a como sujeito social e cultural que tem uma história, (re)produz cultura e vive em sociedade. Portanto, é protagonista no mundo contemporâneo e precisa ser valorizada e ter seus direitos assegurados.

As crianças estão inseridas em contextos socioculturais distintos e apresentam necessidades diversas – cognitivas, socioafetivas e psicomotoras – que precisam ser acolhidas e compreendidas pelos profissionais da Educação Infantil. É fundamental que esses profissionais criem um ambiente que estimule as crianças a sonhar, a descobrir, a explorar o mundo por meio de uma escuta sensível e de um olhar atento para os sentimentos, desejos e particularidades dos pequenos. Assim, a Educação Infantil pode e deve inseri-los na sociedade como protagonistas, cidadãos de direitos e agentes ativos de transformação social.

Portanto, expressamos o compromisso de promover uma Educação Infantil emancipadora inspirada nas ideias de Paulo Freire, que vise uma educação voltada para a justiça social e para a construção de uma infância visível, digna e feliz. Essa abordagem busca desenvolver nas crianças as capacidades de sonhar, criar e ousar, para que a educação contribua efetivamente para a diminuição das desigualdades sociais. A infância, enquanto etapa essencial do desenvolvimento humano, merece uma educação de qualidade que respeite e atenda às suas peculiaridades e necessidades.

Podemos afirmar que é possível, nos diferentes espaços e tempos da Educação Infantil, desenvolver um trabalho educativo e colaborativo que promova o desenvolvimento integral das crianças, inspirado nos princípios freirianos de democracia, liberdade, emancipação, humanização, sensibilidade, generosidade, criticidade e esperança. Paulo Freire é uma fonte constante de inspiração teórico-prática, um exemplo de coragem, resiliência e esperança para a

construção de uma educação verdadeiramente emancipatória para a infância. Como nos convidam Gadotti e Carnoy (2018, p. 17), “o convite que fazemos é para redescobrir Freire e reinventar a educação”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheyla Gomes de; MARTINS, Maria Aparecida Camarano. Reflexões sobre autonomia, autoridade, liberdade e responsabilidade nos processos educativos nas perspectivas de Paulo Freire e Vygotski. *In*: VILAR, Joelma Carvalho; ALMEIDA, Sheyla Gomes de; PEDERIVA, Patrícia Martins Lima (orgs.). **Leituras freirianas: diálogos que permanecem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. Revisão técnica: Maria Letícia B. P. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz & Terra: 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. *In*: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (orgs.). **Reinventando Freire**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Lemann Center/Stanford Graduate School of Education, 2018.

LAURINDO, Maria Jacilda da Silva Farias; SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. Crianças e Professoras na Educação Infantil: uma relação que pode estar permeada pela invisibilidade. *In*: VIEIRA, Peixoto Emilia; SEDANO, Luciana (orgs.). **A Educação Infantil em debate: crianças, linguagens e formação docente**. Curitiba: CRV, 2019.

SCHLEMMER, Janaina Rubneia; FELIPE, Jane. Olhares e escutas sensíveis nos processos de formação da Educação Infantil. *In*: FELIPE, Jane; ALBUQUERQU, Simone Santos de;

CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). **Para pensar a Educação Infantil:** políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Evangraf: UFRGS, 2016.

SOBRE AS AUTORAS

Cláudia Celeste Lima Costa Menezes. Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC. Professora de Educação Infantil e Estágio em Educação Infantil. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Infantil/GEPEI/UESC. Integrante do Programa de Extensão Coletivo Paulo Freire/UESC. Pesquisadora da Área de Educação Infantil com foco na criança, infância, políticas e gestão da educação, espaços e tempos educativos, estágio, prática pedagógica, currículo, avaliação, ludicidade.

<http://lattes.cnpq.br/7918340652229459>

Gilvânia da Conceição Nascimento. Mestra em Educação. Pedagoga. Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora de Políticas e Legislação da Educação. Estuda e pesquisa a Organização dos Sistemas de Ensino e Políticas e Gestão da Educação. Tem inserção direta nos Conselhos Municipais de Educação. Foi Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/UNCME. Faz parte da Diretoria Nacional da UNCME, como Diretora Jurídica e de Legislação e Normas e Coordenadora Estadual da UNCME Bahia. Atua no Fórum Estadual de Educação da Bahia, no Fórum Ampliado dos Conselhos de Educação, no Conselho Nacional de Educação, no Comitê de Olho nos Planos – Ação Educativa e no Comitê Diretivo da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

Como citar

MENEZES, Cláudia Celeste Lima Costa; NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição. Um olhar freiriano para a educação na infância. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 05, n. 12, p. 1-13, 2024.